



**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DO PODER EXECUTIVO FEDERAL**

2º QUADRIMESTRE DE 2021

Brasília
Agosto de 2021

Brasília, 27 de setembro de 2021.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Economia, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante do Ministério da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o segundo quadrimestre de 2021, se encerra em 30 de setembro do exercício corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja

finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade, submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a agosto do exercício de 2021.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

PAULO ROBERTO NUNES GUEDES
Ministro da Economia

WAGNER DE CAMPOS ROSÁRIO
Ministro da Controladoria-Geral da União

SUMÁRIO

Anexo 1 – Demonstrativo de Despesa com Pessoal	5
Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	9
Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores	11
Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito	12
Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal	14
Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos	15

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 ATÉ AGOSTO/2021

RGF - Anexo 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")														R\$ milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS													INSCRITAS EM
	(Últimos 12 Meses)													
	LIQUIDADAS													
	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RPNP
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	20.911.141	21.044.137	31.392.647	23.204.611	20.968.183	20.683.162	20.886.624	20.863.343	20.712.119	34.878.875	21.015.613	21.353.741	277.914.196	937.653
Pessoal Ativo	11.007.085	11.178.914	16.815.515	13.257.212	11.160.028	10.880.188	10.875.272	10.928.807	10.882.656	17.189.949	10.998.053	11.330.769	146.504.445	738.657
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.388.647	9.585.728	13.847.942	11.477.163	9.577.349	9.250.722	9.284.011	9.337.862	9.283.219	15.561.950	9.387.616	9.728.481	125.710.691	609.984
Obrigações Patronais	1.618.437	1.593.186	2.967.572	1.780.049	1.582.679	1.629.466	1.591.260	1.590.945	1.599.437	1.627.998	1.610.437	1.602.288	20.793.754	128.673
Pessoal Inativo e Pensionistas	9.862.610	9.830.075	14.556.735	9.884.027	9.795.888	9.787.534	9.981.578	9.900.228	9.801.589	17.647.079	9.986.782	9.987.408	131.021.533	91.832
Aposentadorias, Reserva e Reformas	6.378.213	6.367.021	9.380.040	6.388.700	6.319.348	6.325.250	6.502.962	6.389.816	6.291.024	11.996.131	6.409.017	6.409.670	85.157.192	64.520
Pensões	3.484.397	3.463.054	5.176.695	3.495.327	3.476.540	3.462.284	3.478.616	3.510.412	3.510.565	5.650.948	3.577.764	3.577.739	45.864.341	27.312
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	41.447	35.147	20.397	63.372	12.267	15.441	29.775	34.308	27.875	41.847	30.778	35.563	388.217	107.164
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	1.737.871	1.876.362	1.614.642	1.811.981	3.090.537	3.017.366	3.039.067	3.175.209	3.555.261	11.954.337	3.726.829	3.554.592	42.154.055	155.409
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	72.265	83.996	46.705	33.025	26.297	74.066	258.420	150.505	58.102	89.647	95.202	114.457	1.102.685	4.614
Decorrentes de Decisão Judicial	365.791	615.929	310.325	327.736	111.470	233.530	223.476	232.319	227.157	7.023.013	322.377	654.737	10.647.859	138.668
Despesas de Exercícios Anteriores	62.045	19.980	21.212	18.473	55.043	27.755	28.185	36.380	32.527	30.859	44.050	27.292	403.800	6.621
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.237.771	1.156.457	1.236.400	1.432.748	2.897.727	2.682.014	2.528.987	2.756.006	3.237.476	4.810.818	3.265.201	2.758.106	29.999.711	5.506
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	19.173.270	19.167.775	29.778.005	21.392.630	17.877.646	17.665.796	17.847.557	17.688.134	17.156.858	22.924.538	17.288.783	17.799.149	235.760.140	782.244

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			938.730.994	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)			236.542.384	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100				25,198%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%¹			355.779.047	37,900%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,005%			337.990.094	36,005%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%			320.201.142	34,110%
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF				

¹ O limite máximo do Poder Executivo é de 40,9%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, do ex-Território de Roraima, do ex-Território do Amapá e do Distrito Federal. A repartição do limite destacado está prevista no Decreto nº 3.917/2001. O Demonstrativo da despesa com pessoal do Ministério Público e da Justiça do Distrito Federal e dos Territórios é divulgado pelos respectivos órgãos.

Notas:

- a) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas.
- b) A partir de 2008 o elemento de despesa 94 - Indenizações Trabalhistas foi incluído na metodologia de cálculo de Pessoal Inativo e Pensionistas e de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.
- c) A partir do 2º Quadrimestre de 2008, a fonte de recursos 23 - "Contribuição para o Custeio de Pensões Militares" foi incluída na metodologia de cálculo de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados, de modo que as despesas custeadas por essa fonte de recursos também passaram a ser excluídas do cálculo do limite das despesas de pessoal, conforme Nota Técnica nº 1611 GSCON/SFC/CGU/PR, de 29 de agosto de 2008.
- d) Os valores totais apresentados neste demonstrativo podem eventualmente divergir do somatório das partes em função de arredondamentos.
- e) Os valores apresentados incluem as despesas da Defensoria Pública da União, órgão autônomo para o qual não foi ainda estabelecido Limite de Despesa com Pessoal.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 ATÉ AGOSTO/2021

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS														
	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	14.449	42.537	63.157	42.180	42.701	42.621	42.663	42.751	42.770	64.003	43.452	43.575	526.859	0	
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.449	42.537	63.157	42.180	42.701	42.621	42.663	42.751	42.770	64.003	43.452	43.575	526.859	0	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	42	27.791	41.860	27.427	27.962	27.925	27.942	27.960	27.985	41.802	28.179	28.014	334.890	0	
Pensões	14.408	14.746	21.297	14.753	14.739	14.696	14.721	14.790	14.785	22.201	15.273	15.560	191.969	0	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	12.751	13.912	60.202	41.287	309	309	308	308	28.243	42.060	488	275	200.451	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	0	42	42	42	60	60	60	60	12	12	30	30	452	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	0	251	251	251	249	248	247	247	246	245	245	245	2.726	0	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.751	13.619	59.909	40.994	0	0	0	0	27.985	41.802	213	0	197.273	0	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.699	28.625	2.955	892	42.392	42.313	42.355	42.443	14.527	21.943	42.964	43.299	326.408	0	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													938.730.994	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													326.408	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														0,035%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹													1.586.455	0,169%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%													1.507.133	0,161%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%													1.427.810	0,152%

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 ATÉ AGOSTO/2021

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS														INSCRITAS EM
	(Últimos 12 Meses)														
	LIQUIDADAS														
	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)		
													(a)	RPNP	
														(b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.032	8.260	30.343	14.210	31.810	31.685	31.598	31.697	31.653	47.480	31.918	31.922	324.610	0	
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	0	
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.032	8.260	30.343	14.210	31.810	31.685	31.598	31.697	31.653	47.480	31.916	31.922	324.608	0	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	128	0	17.890	6.054	23.396	23.334	23.232	23.269	23.182	34.732	23.267	23.193	221.677	0	
Pensões	1.904	8.260	12.453	8.156	8.415	8.351	8.366	8.428	8.471	12.748	8.649	8.729	102.931	0	
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	201	18	24.454	7.107	61	56	56	29.812	23.188	34.738	14.641	5.459	139.791	0	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Decorrentes de Decisão Judicial	6	6	6	0	56	56	56	6	6	6	61	61	323	0	
Despesas de Exercícios Anteriores	5	13	0	0	6	0	0	0	0	0	5	0	29	0	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	190	0	24.449	7.107	0	0	0	29.806	23.182	34.732	14.575	5.398	139.439	0	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.831	8.242	5.889	7.103	31.749	31.629	31.542	1.885	8.465	12.743	17.277	26.463	184.819		

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													938.730.994	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													184.819	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														0,020%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹													929.344	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%													882.876	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%													836.409	0,089%
FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF														

¹ O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

* Este demonstrativo vale para retificação do demonstrativo do ex-Território de Roraima do 1º Quadrimestre de 2021 e anteriores, excluindo valores lançados equivocadamente no montante de R\$ 23,9 mil na coluna de inscrição em restos a pagar não processados. A retificação não altera o valor publicado de Despesa de Pessoal Líquida, uma vez que os valores lançados na linha de Aposentadorias, Reservas e Reformas se anulavam com as deduções de Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2020 ATÉ AGOSTO/2021

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)													R\$ milhares
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM
	SET/20	OUT/20	NOV/20	DEZ/20	JAN/21	FEV/21	MAR/21	ABR/21	MAI/21	JUN/21	JUL/21	AGO/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	RPNP
													(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.070.429	1.069.071	1.324.512	1.036.755	1.318.622	1.101.343	1.064.626	1.087.469	1.050.354	1.256.915	1.034.057	1.082.302	13.496.455	9.900
Pessoal Ativo	503.732	506.904	626.670	618.534	555.137	574.706	554.425	523.665	527.683	576.294	484.919	513.504	6.566.172	7.038
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	487.238	490.507	593.927	606.456	534.669	558.842	538.499	507.719	511.738	560.379	468.996	497.694	6.356.664	7.038
Obrigações Patronais	16.494	16.397	32.743	12.078	20.468	15.865	15.926	15.946	15.945	15.915	15.923	15.809	209.508	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	566.697	562.167	697.842	418.221	763.485	526.637	510.200	563.805	522.671	680.622	549.138	568.798	6.930.283	2.862
Aposentadorias, Reserva e Reformas	491.327	493.035	599.152	353.521	674.278	464.099	441.850	495.043	453.598	586.791	479.517	498.624	6.030.834	1.927
Pensões	75.370	69.132	98.690	64.700	89.207	62.538	68.350	68.762	69.073	93.831	69.621	70.174	899.449	935
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	70.446	78.041	141.289	131.680	571.328	72.552	78.553	79.010	82.071	68.412	78.741	85.406	1.537.529	22
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	10.908	10.348	2.381	14.454	3.173	3.275	5.381	6.164	9.145	5.525	4.313	7.280	82.348	0
Decorrentes de Decisão Judicial	91	94	109	95	96	96	96	96	121	106	2.831	112	3.943	0
Despesas de Exercícios Anteriores	58	28	1.046	60	503.408	834	444	1.586	1.442	1.579	1.467	2.179	514.133	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	59.389	67.571	137.753	117.070	64.650	68.348	72.632	71.164	71.363	61.202	70.129	75.835	937.106	22
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	999.983	991.030	1.183.223	905.074	747.294	1.028.791	986.073	1.008.459	968.283	1.188.503	955.317	996.896	11.958.926	9.878
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													938.730.994	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)													11.968.804	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100														1,275%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)													20.652.082	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%													19.619.478	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%													18.586.874	1,980%
FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF														

¹ O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2021

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")		R\$ milhares	
ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.960.917.148	7.109.856.353	7.481.718.015
Dívida Mobiliária	6.909.656.227	7.017.530.457	7.411.567.855
Resultado Financeiro de Operações com Reservas Cambiais e com Derivativos Cambiais (Lei nº 13.820/2017)	0	0	0
Dívida Contratual	44.031.240	48.709.030	58.005.677
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	419.072	34.939.424	3.047.613
Demais	6.810.608	8.677.442	9.096.870
DEDUÇÕES (II) *	2.414.035.284	2.552.124.100	2.724.150.182
Ativo Disponível	1.450.852.573	1.513.513.116	1.680.242.878
Haveres Financeiros	1.040.674.010	1.118.118.466	1.130.425.534
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-77.491.299	-79.507.482	-86.518.231
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	4.546.881.864	4.557.732.253	4.757.567.833
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	651.943.266	763.023.604	938.730.994
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	1067,72%	931,80%	797,00%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	697,44%	596,71%	506,81%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%> ²	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	1.919.897.618	1.919.897.618	1.919.897.618
RPPS Civil	1.157.593.143	1.157.593.143	1.157.593.143
Despesas Previdenciárias do FCDF	58.469.832	58.469.832	58.469.832
Militares Inativos	405.782.998	405.782.998	405.782.998
Pensões Militares	298.051.645	298.051.645	298.051.645

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

¹ O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2020.

² Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2021

RGF - Anexo 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	R\$ milhares	
		SALDO DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.960.917.148	7.109.856.353	7.481.718.015
Dívida Mobiliária	6.909.656.227	7.017.530.457	7.411.567.855
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	4.760.272.452	4.846.850.209	5.231.787.936
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-3.712.371	-3.688.100	-3.934.012
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	1.925.777.096	1.961.680.582	1.970.183.760
Dívida Securitizada	4.630.653	4.194.817	4.195.450
Dívida Mobiliária Externa	222.688.397	208.492.949	209.334.721
Resultado Financeiro de Operações com Reservas Cambiais e com Derivativos Cambiais (Lei nº 13.820/2017)	0	0	0
Dívida Contratual	44.031.240	48.709.030	58.005.677
Dívida Contratual de PPP	0	0	0
Demais Dívidas Contratuais	44.031.240	48.709.030	58.005.677
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	419.072	34.939.424	3.047.613
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	2.750.833	2.629.913	2.623.414
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	4.059.776	6.047.529	6.473.455
DEDUÇÕES (II)	2.414.035.284	2.556.824.122	2.724.150.182
Ativo Disponível	1.450.852.573	1.513.513.116	1.680.242.878
Depósitos do TN no BCB	1.447.970.098	1.503.325.820	1.676.948.855
Depósitos à Vista	2.882.474	10.187.296	3.294.023
Arrecadação a Recolher	0	0	0
Haveres Financeiros	1.040.674.010	1.122.818.488	1.130.425.534
Aplicações Financeiras	487.281.387	605.720.494	627.820.096
Disponibilidades do FAT	344.120.513	353.681.738	369.009.804
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	143.160.874	252.038.756	258.810.292
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	300.464.093	298.023.995	304.411.365
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	584.557.875	564.889.789	562.842.391
Créditos da Lei nº 8.727/93	9.132.266	9.451.443	9.897.770
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	33.261.412	32.102.472	31.365.282
Demais Dívidas Renegociadas	55.963.709	60.873.451	64.659.440
Ajustes para Perdas	-382.451.169	-369.293.160	-364.353.518
Demais Ativos Financeiros	252.928.530	219.073.999	198.194.074
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0
Outros Créditos Bancários	257.847.310	224.028.980	202.632.017
Ajustes para Perdas	-4.918.780	-4.954.981	-4.437.943
(-) Restos a Pagar Processados ¹	-77.491.299	-79.507.482	-86.518.231
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	4.546.881.864	4.553.032.231	4.757.567.833
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	651.943.266	763.023.604	938.730.994
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1067,72%	931,80%	797,00%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	697,44%	596,71%	506,81%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - < %²	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
PASSIVO ATUARIAL	1.919.897.618	1.919.897.618	1.919.897.618
RPPS Civil	1.157.593.143	1.157.593.143	1.157.593.143
Despesas Previdenciárias do FCDF	58.469.832	58.469.832	58.469.832
Millitares Inativos	405.782.998	405.782.998	405.782.998
Pensões Militares	298.051.645	298.051.645	298.051.645

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2021

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	232.516.842	235.334.699	224.290.029
Em Operações de Crédito Externas	135.180.751	137.889.517	129.305.978
Em Operações de Crédito Internas	97.336.091	97.445.181	94.984.052
AOS MUNICÍPIOS (II)	26.854.686	28.499.958	27.533.771
Em Operações de Crédito Externas	19.961.585	21.064.242	20.149.894
Em Operações de Crédito Internas	6.893.102	7.435.716	7.383.877
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	36.625.848	40.961.208	38.454.838
Em Operações de Crédito Externas	26.792.014	31.773.645	29.864.299
Em Operações de Crédito Internas	9.833.834	9.187.562	8.590.538
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) ⁽¹⁾	37.004.736	35.891.845	33.815.271
FGTS - BNDES (2)	2.200.017	2.077.515	1.986.127
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	25.415.284	24.437.598	22.684.492
Seguro de Crédito à Exportação - SCE/IRB	1.236.620	1.236.620	1.236.620
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	22.650	22.437	22.437
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	771.160	803.391	803.391
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	3.600.861	3.586.952	3.372.145
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 (2)	3.758.145	3.727.332	3.710.058
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	333.002.112	340.687.710	324.093.909
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	651.943.266	763.023.604	938.730.994
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	51,08%	44,65%	34,52%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	391.165.960	457.814.162	563.238.596
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	352.049.364	412.032.746	506.914.737

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	232.516.842	235.334.699	224.290.029
Em Garantia às operações de Crédito Externas	135.180.751	137.889.517	129.305.978
Em Garantia às operações de Crédito Internas	97.336.091	97.445.181	94.984.052
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	26.854.686	28.499.958	27.533.771
Em Garantia às operações de Crédito Externas	19.961.585	21.064.242	20.149.894
Em Garantia às operações de Crédito Internas	6.893.102	7.435.716	7.383.877
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	16.408.590	16.772.223	15.571.777
Em Garantia às operações de Crédito Externas	11.184.763	12.001.909	11.205.727
Em Garantia às operações de Crédito Internas	5.223.827	4.770.315	4.366.050
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	275.780.118	280.606.880	267.395.578

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e CODIV

1) A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.

2) Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no Siafi.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2021

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ milhares

<u>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</u>	VALOR	
	No 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	569.033.380	1.444.132.224
Mobiliária	560.785.083	1.428.413.921
Interna	548.986.085	1.416.614.922
Refinanciamento	548.839.210	1.237.108.583
Outras Internas - Orçamentárias	146.875	111.257.598
Outras Internas - Extraorçamentárias	0	68.248.741
<i>Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008</i>	0	0
<i>Trocas e Demais Operações Internas</i>	0	68.248.741
Externa	11.798.998	11.798.998
Refinanciamento	3.148.846	3.148.846
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0	
Outras Operações Mobiliárias Externas	8.650.152	8.650.152
Contratual	8.248.297	15.718.303
Externa	8.248.297	15.718.303
Abertura de Crédito - Orçamentárias	8.248.297	15.718.303
<u>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES</u>	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL	938.730.994	–
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	–	–
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.026.841.172	109,39%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ¹	1.026.841.172	109,39%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	0	0,00%
Concessão de Garantias ²	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) + (II) – (III)	417.291.051	44,45%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS ³	563.238.596	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	–	–

FONTE: SIAFI - STN/CCONT/GEINF e STN/CODIV/GEOF

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.

² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de R\$ 8.908,2 milhões negativos. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantia da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.

³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.

JEFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2021

RGF - Anexo 6 (LRF, art. 48)		R\$ milhares
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR	
Receita Corrente Líquida	938.730.994	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO		
Despesa Total com Pessoal - DTP	236.542.384	25,198%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%	355.779.047	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%	337.990.094	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%	320.201.142	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ		
Despesa Total com Pessoal - DTP	326.408	0,035%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.586.455	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%	1.507.133	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%	1.427.810	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA		
Despesa Total com Pessoal - DTP	184.819	0,020%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	929.344	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	882.876	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	836.409	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL		
Despesa Total com Pessoal - DTP	11.968.804	1,275%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	20.652.082	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	19.619.478	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%	18.586.874	1,980%
DÍVIDA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	4.757.567.833	506,81%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores	324.093.909	34,52%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%	563.238.596	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)	417.291.051	44,45%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%	563.238.596	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

Fonte: SIAFI - STN/CCONT/GEINF

JEFFERSON LUIS BITTENCOURT
Secretário do Tesouro Nacional

ANTÔNIO CARLOS BEZERRA LEONEL
Secretário Federal de Controle Interno

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
2º QUADRIMESTRE DE 2021

PORTARIA Nº 375, DE 8 DE JULHO DE 2020, DA STN, QUE APROVOU A 11ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal:
- Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados:
- Excluem-se do demonstrativo os valores de Auxílio-Reclusão, identificados por Natureza de Despesa Detalhada: Auxílio Reclusão Ativo Civil, 31900502: Auxílio-Reclusão Ativo Militar.

DEMOSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	Soma dos itens abaixo.	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
	EXCETUANDO-SE	
	Linha	Obrigações Patronais 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar
	Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Obrigações Patronais	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Elemento de Despesa	07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais
	MAIS (+)	
	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais
	Natureza da Despesa Detalhada	31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência
Pessoal Inativo e Pensionistas	Soma dos itens abaixo.	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	Grupo de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais

	Elemento de Despesa 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar MAIS (+) Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Natureza da Despesa Detalhada 31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Elemento de Despesa 03 – Pensões do RPPS e do Militar MAIS (+) Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Natureza da Despesa Detalhada 31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Cíveis 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares 31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais 3 – Outras Despesas Correntes Elemento de Despesa 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	Ainda sem metodologia definida.
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Soma dos itens abaixo.
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais Elemento de Despesa 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares Naturezas de Despesas que 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor tenham os seguintes termos 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor em suas descrições:

	"APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	
Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 91 – Sentenças Judiciais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)		

Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO		
União	UO – Poder UO – Órgão Máximo	0 – Poder Executivo 34000 – Ministério Público da União

	59000 – Conselho Nacional do Ministério Público	
	EXCLUINDO-SE	
	Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)	
Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária	73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO)	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG
	Plano Orçamentário (Código UO)	73101 – Recursos sob Supervisão do MF
	Plano Orçamentário (Código PO)	0004 – Território do Amapá
	Função de Governo	09 – Previdência Social
	Subfunção de Governo	272 – Previdência do Regime Estatutário
	Programa de Governo	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO)	73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG
	Plano Orçamentário (Código UO)	73101 – Recursos sob Supervisão do MF
	Plano Orçamentário (Código PO)	0003 – Território de Roraima
	Função de Governo	09 – Previdência Social
	Subfunção de Governo	272 – Previdência do Regime Estatutário
	Programa de Governo	0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo Crítérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN-P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN-F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN-M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN-I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT-E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN-A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN-C (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN-A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN-A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN-A2 (VL + CM + ENC) – Mercado)
(-) Aplicações em Títulos Públicos	11111.50.XX Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata -11111.50.05 Poupança

	-11111.50.11 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU -11111.50.12 Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU Critérios Tipo de Administração "3", "4", "5", "6" e "8" (Administração Indireta) Órgão EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.07 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Curto Prazo 89991.39.08 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Longo Prazo Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN–D (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1800010 (NTN–P (VL + CM + ENC) – BACEN); DP2300010 (NTN–F (VL + CM + ENC) – BACEN); DP5500010 (LFT–B (VL + CM + ENC) – BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) – BACEN); DP9000010 (LTN–DL 2376 (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1700010 (NTN–B (VL + CM + ENC) – BACEN)
Dívida Securitizada	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 21211.02.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) 22211.01.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA – Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXTE960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTE990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTJ981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)
Dívida Mobiliária Externa	89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/BCB (Lei nº 11.803/08)	21891.29.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado 21891.29.02 Custos das Operações Cambiais e Reservas 21894.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas 21895.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas -11381.30.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado -11381.30.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
Dívida Contratual	

Dívida Contratual de PPP	Sem informação.
Demais Dívidas Contratuais	21221.03.00 Empréstimos Externos – Em Contrato 21211.03.01 Crédito Securitizado 21211.03.03 Contratos de Empréstimos Internos 21211.07.00 Empréstimos Recebidos Antecipadamente 21214.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Estados 21214.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Estados 21215.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Municípios 21215.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Municípios 21251.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos 21221.06.01 Débitos de Operações Especiais 21231.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21231.02.02 Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais 21241.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes 21254.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contraídos – Inter Estados 21255.01.03 Juros Pró–Rata sobre Empréstimos Internos – Inter Municípios 22221.02.00 Empréstimos Externos – Em Contratos 22211.02.00 Empréstimos Internos – Em Contratos 21731.03.01 Instituições Financeiras 21731.06.02 Instituições Não Financeiras 21771.01.01 Instituições Financeiras 21735.04.02 Instituições Não Financeiras 22231.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22231.01.02 Financiamentos para Construção de Imóveis 21231.01.02 Financiamentos Internos 22241.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente 22731.03.01 Instituições Financeiras 22771.01.01 Instituições Financeiras Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial) Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 – Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	63110.00.00 RP Não Processados a Liquidar 63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar 63151.00.00 RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto 63152.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado 63120.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação 63210.00.00 RP Processados a Pagar 52211.01.01 Originário do OGU 52211.02.01 Antecipação – LDO

	52211.02.09 Anulação da Antecipação – LDO 52212.01.01 Originário do OGU 52212.01.03 Originário do OGU – Suplementação Automática 52212.02.01 Créditos Especiais Abertos 52212.02.02 Créditos Especiais Reabertos 52212.02.03 Créditos Especiais Reabertos – Suplementação 52212.03.01 Créditos Extraordinários Abertos 52212.03.02 Créditos Extraordinários Reabertos 52212.03.03 Créditos Extraordinários Reabertos – Suplementação 52219.01.00 Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas 52219.02.00 Alteração da Lei Orçamentária 52219.03.00 Dotação Transferida 52219.04.00 Cancelamento de Dotações 52219.01.01 Acréscimo 52219.01.09 Redução 52219.02.01 Acréscimo 52219.02.09 Redução 52219.03.01 Acréscimo 52219.03.09 Redução –62213.03.00 Crédito Empenhado Liquidado e Pago
	Critérios Ação de Governo 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	21891.26.00 Entidades Credoras – Federais
	22891.16.00 Obrigações Junto a Entidades Federais 22731.04.01 Instituições Financeiras
	Critérios ISF Lançamento P (Patrimonial) Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)" Conta Corrente Exceto "PF1705118"
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos	21311.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais 21314.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados 21315.04.00 Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios 21121.01.00 Benefícios Previdenciários 21141.98.00 Outros Encargos Sociais 21144.98.00 Outros Encargos Sociais – Inter Estados 21145.98.00 Outros Encargos Sociais – Inter Municípios 21111.01.01 Salários, Remunerações e Benefícios 22311.01.00 Fornecedores Nacionais 21411.99.00 Outros Tributos e Contribuições

	Critérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
DEDUÇÕES		
Ativo Disponível		
Depósitos do TN no BCB	11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista	11111.19.00	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
	Critérios	
	Órgão	EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
	Unidade Gestora	EXCETO 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Arrecadação a Recolher	Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN–SRF 80/89, Outros e Pendencia a Identificar.	
Haveres Financeiros		
Aplicações Financeiras		
Disponibilidades do FAT	11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09	Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE
	11111.50.11	Aplic Finan Liquidez Imediata Recursos CTU
	11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.03.XX	Operações Especiais
	11351.07.XX	Depósitos Especiais
	11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
	11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
	11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
	11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
	11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP
	11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
	11354.07.XX	Depósitos Especiais – Estados
	11355.07.XX	Depósitos Especiais – Municípios
	12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12121.05.XX	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU
	12114.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados
	12115.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios

	Critérios
	Unidade Gestora 380916 – "Coordenação–Geral de Recursos do FAT/MTE".
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado	23XXX.XX.XX Patrimônio Líquido 11121.51.00 Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio –11111.02.XX Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional –11111.03.XX Conta Única – Subconta Fundo do RGPS –11111.04.XX Conta Única – Subconta Dívida Pública –11121.02.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior –11121.03.00 Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior –11121.50.00 Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira –11121.52.00 Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo –11111.19.XX Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916) –122XX.XX.XX Investimentos –123XX.XX.XX Imobilizado –124XX.XX.XX Intangível –125XX.XX.XX Diferido 11121.51.00 Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio Critérios Tipo de Administração 07 – "Fundos" Órgão EXCETO 37904 – “Fundo do Regime Geral da Previdência Social” e 25915 – “Fundo Constitucional do Distrito Federal” Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no SIAFL.
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados

	12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001– Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001– Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".
Créditos da Lei nº 8.727/93	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados

	11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados 11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município Critérios Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)". Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros). Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANCA; DMLP; PF1705384.
Demais Dívidas Renegociadas	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber 11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT 11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos 11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados 11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados 11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios 11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios 12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber 12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos 12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados 12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados 12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios 12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios 12121.98.18 Créditos Sub-Rogados 12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados 11381.42.00 Créditos Sub-Rogados 11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados

	11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município
	Critérios
	Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Ajustes para Perdas	12111.99.02 Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa
	12114.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	12115.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	11294.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos
	11295.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos
	12111.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos
	11291.04.01 Ajuste de Perdas
	11394.01.01 *Ajuste de Perdas – Subgrupo 113
	12124.99.03 Ajuste para Perdas de Outros Créditos
	Critérios
	Unidade Gestora 170512 – "Coordenação–Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".
	Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.
Demais Ativos Financeiros	
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.
Outros Créditos Bancários	11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber
	11241.02.01 Financiamento Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11241.02.03 Juros a Receber – Financiamentos Concedidos
	11241.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber
	11241.03.02 Juros a Receber – Operações Especiais
	11241.03.04 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber – Exceto FAT
	11241.04.03 Encargos sobre Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	11244.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Estados
	11245.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber – Inter Municípios
	11241.03.03 Operações Especiais Securitizadas
	11244.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Estados
	11245.03.03 Operações Especiais Securitizadas – Inter Municípios
	12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber
	12111.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT
	12111.03.12 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber
	12111.03.14 Créditos de Operações Especiais a Receber
	12111.03.16 Juros a Receber – Operações Especiais
	12111.03.20 Operações Especiais Securitizadas
	12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados
	12114.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Estados
	12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios

	12115.03.08	Financiamentos Concedidos a Receber – Exceto FAT – Municípios
	Critérios	
	Unidade Gestora	170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"
	Unidade Gestora	170526 – “COFIS – Projeto Bird”
	Unidade Gestora	170700 – “Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais”
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)	11291.04.01	Ajuste de Perdas
	11291.04.03	Ajuste de Perdas em Operações Especiais
	12111.99.04	*Ajuste de Perdas – Empréstimos e Financiamentos Concedidos
	12111.99.07	*Ajuste de Perdas – em Operações Especiais
	Critérios	
	Unidade Gestora	170705 – "Coordenação–Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"
	Unidade Gestora	170526 – “COFIS – Projeto Bird”
	Unidade Gestora	170700 – “Coordenação–Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais”
(-) Restos a Pagar Processados	62292.01.03	Empenhos Liquidados a Pagar
	63130.00.00	RPNP Liquidados a Pagar
	63210.00.00	RP Processados a Pagar
	62292.01.07	Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
	Critérios	
	Ação de Governo	EXCETO 0005 – "Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)".
	62292.01.02	Empenhos em Liquidação
	62292.01.06	Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP
	63120.00.00	RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
	Critérios	
	Unidade Gestora	EXCETO 170600 – Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública

3) DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º, com metodologia elaborada pela Coordenação–Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 44718/2021/ME, de 20 de setembro de 2021, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2021.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2021, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 8ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 495, de 2017

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre

AOS ESTADOS (I)	232.516.841,61	235.334.698,65	224.290.029,47	-
Em Operações de Crédito Externas	135.180.751,04	137.889.517,27	129.305.977,73	-
Em Operações de Crédito Internas	97.336.090,57	97.445.181,38	94.984.051,75	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	26.854.686,34	28.499.957,97	27.533.771,07	-
Em Operações de Crédito Externas	19.961.584,70	21.064.241,65	20.149.894,42	-
Em Operações de Crédito Internas	6.893.101,65	7.435.716,31	7.383.876,65	-
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	27.079.585,61	31.089.181,78	29.240.779,80	-
Em Operações de Crédito Externas	17.245.751,83	21.901.619,35	20.650.241,31	-
Em Operações de Crédito Internas	9.833.833,78	9.187.562,43	8.590.538,49	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058,12	-
Em Operações de Crédito Externas	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058,12	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (I + II + III + IV)	295.997.375,65	304.795.864,28	290.278.638,47	-
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2021		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	232.516.841,61	235.334.698,65	224.290.029,47	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	135.180.751,04	137.889.517,27	129.305.977,73	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	97.336.090,57	97.445.181,38	94.984.051,75	-
DOS MUNICÍPIOS (VII)	26.854.686,34	28.499.957,97	27.533.771,07	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	19.961.584,70	21.064.241,65	20.149.894,42	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	6.893.101,65	7.435.716,31	7.383.876,65	-
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	6.862.328,02	6.900.197,52	6.357.718,87	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.638.501,29	2.129.882,91	1.991.668,97	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	5.223.826,73	4.770.314,61	4.366.049,90	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058,12	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.546.262,08	9.872.025,88	9.214.058,12	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) = (VI + VII + VIII + IX)	275.780.118,06	280.606.880,02	267.395.577,53	-

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa nº 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2021 a 31/08/2021.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e

- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e

- 8.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/08/2021 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 2º quadrimestre de 2021, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 290,28 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 179,32 bilhões, equivalente a 61,78% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 110,96 bilhões, 38,22% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou uma redução no valor de R\$ 14,52 bilhões (-4,76%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se uma redução de R\$ 3,11 bilhões (-2,73%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu uma redução de R\$ 11,41 bilhões (-5,98%) durante o 2º quadrimestre de 2021.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão nº 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1 – Anexo III

Valores em
Reais 1,00

DISPENSE DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				15.607.250.537,80	19.771.736.436,34	18.658.572.343,77	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				15.607.250.537,80	19.771.736.436,34	18.658.572.343,77	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/05	USD	1.000.000.000,00	1.623.968.750,00	1.519.762.500,00	1.446.553.125,00	
BID1860/OC-BR	19/10/07	USD	1.000.000.000,00	2.273.556.250,00	2.195.212.500,00	2.089.465.625,00	
BID2023/OC-BR	19/03/09	USD	1.000.000.000,00	2.760.746.875,00	2.701.800.000,00	2.571.650.000,00	
BID2236/OC-BR	13/12/10	USD	1.000.000.000,00	3.247.937.500,00	3.377.250.000,00	3.053.834.375,00	
BID3866/OC-BR	10/11/17	USD	750.000.000,00	3.897.525.000,00	4.052.700.000,00	3.857.475.000,00	
BID4358/OC-BR	01/08/18	USD	600.000.000,00	1.729.566.387,97	1.798.426.873,60	1.711.793.792,84	

BID4672/OC-BR	11/12/20	USD	750.000.000,00	0,00	4.052.700.000,00	3.857.475.000,00	
BIRD7964-BR	05/12/11	USD	50.000.000,00	73.949.774,83	73.884.562,74	70.325.425,93	
Interna				4.610.007.046,96	4.417.247.818,70	4.224.488.590,44	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC Nº 101, DE 04.05.2000				4.610.007.046,96	4.417.247.818,70	4.224.488.590,44	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/10	BRL	5.916.460.013,00	2.222.416.334,58	2.089.346.874,08	1.956.277.413,58	
BNDES - 2010589	30/11/10	BRL	3.468.868.873,04	2.387.590.712,38	2.327.900.944,62	2.268.211.176,86	
TOTAL INTERNA E EXTERNA				20.217.257.584,76	24.188.984.255,04	22.883.060.934,21	0,00

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2021 são elencadas no Anexo III. Cumpre ressaltar que, conforme informação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, não houve assinatura de novos contratos no período de janeiro a agosto de 2021.

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREDOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
Conforme informação da PGFN/COF, não houve assinatura de novos contratos no período de janeiro a agosto de 2021							

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Em milhões de R\$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	5.504,70	38.318,94
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	2.050,09	24.588,16
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	2.244,48	9.281,47
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	986,33	2.343,25
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	354,85
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	94,98	382,67
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	280,16
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	239,80
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	128,83	301,27
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	189,20
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	88,86
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	0,29
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	133,01
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	61,41
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	30,10

Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	-	11,95
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	8,10
Belford Roxo-RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	1,56	7,93
Chapécó-SC	2,27	-	-	-	3,76	-	6,03
Cachoeirinha -RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	5,82
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	1,68
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	5.506,26	38.451,95

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade — CCONT.

Os valores abaixo diferem do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação-Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

GARANTIAS CONCEDIDAS		
AOS ESTADOS (I)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81211.02.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000071 CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000066 CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil	81211.01.04 – Fianças a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACAU
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)		

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS		
DOS ESTADOS (VII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil	81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000071
		CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000066
		CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil	81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar
	Conta Corrente	CG0000068;CGFSCEIRB;CGLEI8036;CGPPRONAF;CGPRCACAU
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)		

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.	
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.	
Interna	Soma dos itens abaixo.	
Refinanciamento	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2111002
	Natureza de Receita	Começa com: 8111002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP
	89611.03.10	Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP

Outras Internas – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2111001 Natureza de Receita Começa com: 2111003
Outras Internas – Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP
	89611.03.04 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP
Aporte em Empresas	89611.03.11 Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP
	89611.03.12 Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP
Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado 89611.03.02 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado 89611.03.05 Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA 89611.03.06 Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA
Externa	Soma dos itens abaixo.
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2121002
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada 89611.03.07 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo 89611.03.08 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2121001 (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos)
Contratual	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada

	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2112001
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.	
Outras Operações Contratuais Internas	212110398	Outros Contratos – Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.	
Abertura de Crédito – Orçamentárias	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2122001
Abertura de Crédito – Extraorçamentárias	Sem informação.	
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.	
Outras Operações Contratuais Externas	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2119001
	Natureza de Receita	Começa com: 2129001
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.	
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.	
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Grupo de Despesa	6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
Concessão de Garantias	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) – (III)		

5) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 4.